Estudos sobre indígenas do Amazonas serão reunidos e ficarão disponíveis online

História

Enviado por: simonesinara@seed.pr.gov.br

Postado em:29/04/2011

O Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Neai), do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), direcionou estudos para identificar publicações correspondentes ao período colonial até os dias atuais. O registro de todo esse investimento deverá estar disponível em sistema online.

Assessoria de comunicação da Fapeam. O Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Neai), do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), localizado na antiga Faculdade de Direito, Centro da cidade, direcionou estudos para identificar publicações correspondentes ao período colonial até os dias atuais. O registro de todo esse investimento deverá estar disponível em sistema online, para que o pesquisador tenha acesso imediato a registros como fotografia, narrativas, cartas, literatura e pesquisa científica. É o que afirma o doutor em antropologia, Gilton Mendes dos Santos, coordenador do projeto "Amazonas Indígena: Um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no Estado". Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), o estudo desenvolveu metodologias específicas cujo objetivo foi identificar a produção bibliográfica sobre os povos indígenas no Estado do Amazonas e das instituições que atuam junto a essas populações nos últimos cinco anos. Segundo Santos, a pesquisa é marcada por duas etapas. A primeira corresponde ao período colonial, de 1541 até a década de 1930, caracterizada por obras narrativas e crônicas de viajantes e missionários sem uma identificação etnográfica.Nessa década, surgem obras que marcam a transição entre as etapas, como as de Koch Grumberg e Curt Nimubanju, que constituem obras pormenorizadas com detalhes das organizações sociais, parentescos, linguística, cultura material, mitos e ritos das populações indígenas. A partir dos anos seguintes, na segunda etapa, surgem os primeiros trabalhos acadêmicos culminando com uma tese sobre os Yanomami, em 1962. Inicialmente, foram identificados 1,6 mil títulos entre teses, dissertações, relatórios, livros, artigos, CDs, DVDs, dentre outros, desde o período colonial até o ano de 2009. Quanto às instituições, cerca de 200 foram identificadas, atuantes em trabalhos dos mais diversos, destacando as indigenistas, eclesiásticas, de saúde, governamentais e de Organizações Não Governamentais (ONGs). Segundo Gilton Santos, a instituição que teve o maior número de registros identificados foi a Ufam por meio de seus programas de pós-graduação. Ele revelou que o estudo não é inédito, pois houve pesquisa semelhante na obra "Levantamento Crítico da etnologia Brasileira", volume I e II, de Herbert Baldus, entre os anos 50 e 70. Posteriormente, a antropóloga Tekla Hartman reeditou a obra acrescentado informações até os anos 80. A partir daí foi preciso "atualizar esse material por meio de software para montar um Banco de Dados que permitisse espacializar essa produção", diz o pesquisador. Santos afirmou que houve maior concentração da produção bibliográfica por região e por etnia, como na calha do Alto Rio Negro e nos povos Yanomami, seguidos pelos Tucano e Tikuna. O estudo identificou também lacunas de regiões que não tiveram uma produção considerável, como por exemplo, o Médio Purus, que concentra uma população significativa de povos indígenas. O Amazonas é o Estado que concentra o maior acervo desse tipo de levantamento, seguido do Rio de Janeiro."Hoje, nós temos uma mostra significativa daquilo que foi produzido sobre os povos

indígenas no Estado do Amazonas. Então, isso dá um certo conforto ao estudante e ao pesquisador que precisa ter acesso a um acervo bibliográfico", finaliza. Esta notí-cia foi publicada em 29/04/2011 no sítio acritica.uol.com.br. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.